

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE GÊNERO**

Nathalia Escobar de Araujo

**RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO: RELATO DE  
EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Santa Maria, RS  
2021

**Nathalia Escobar de Araujo**

**RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Estudo de Gênero, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Estudos de Gênero**.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca

Santa Maria, RS  
2021

**Nathalia Escobar de Araujo**

**RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Estudos de Gênero**.

**Aprovado em 01 de fevereiro de 2021:**

---

**Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca, Dra. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Fabio Jardel Gaviraghi, Dr. (UFSM)**

---

**Sueli Salva, Dra. (UFSM)**

Santa Maria, RS.  
2021

## RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

GENDER RELATIONSHIPS AND EDUCATION: REPORT OF EXPERIENCE IN CHILDHOOD EDUCATION

Nathalia Escobar de Araujo<sup>1</sup>  
Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo trata da relação entre as categorias gênero e educação infantil, ao modo que identifique as suas manifestações nesse âmbito educacional. Ao gênero compreende-se como construção social e cultural, um debate para além da interpretação de cunho biológico. O acesso à educação infantil considera-se uma conquista, em primeiro momento, da luta das mulheres, posteriormente, direito da criança. O estudo da relação entre as categorias é justificado pela importância do papel da Educação na reprodução das relações sociais de gênero. O conhecimento situado a partir do Relato de Experiência da autora é apresentado e correlacionado aos conceitos, definições e legislações sobre a temática. A experiência relatada dá-se em uma escola de educação infantil na cidade de Santa Maria-RS. O estudo quanti-qualitativo baseia-se nos registros documentais, dados secundários, que são de acesso dos/das trabalhadoras da escola. Os resultados da análise dos documentos destacam a importância da escola como espaço para discussão e reflexão sobre gênero e percepção no lúdico (brincadeiras) da reprodução do aprendizado social das identidades de gênero.

**Palavras-chave:** Educação. Gênero. Educação Infantil.

---

**Abstract:** The article deals with the relationship between the categories gender and early childhood education, in the way that it identifies its manifestations in this educational scope. Gender is understood as a social and cultural construction, a debate beyond the interpretation of a biological nature. Access to early childhood education is considered an achievement, firstly, in the struggle of women, later on, the right of the child. The study of the relationship between the categories is justified by the importance of the role of Education in the reproduction of social gender relations. The knowledge situated from the Author's Experience Report is presented and correlated to the concepts, definitions and legislation on the subject. The reported experience takes place at an early childhood education school in the city of Santa Maria-RS. The quantitative and qualitative study is based on documentary records, secondary data, which are accessible to school workers. The results of the analysis of the documents highlight the importance of the school as a space for discussion and reflection on gender and perception in the playful (games) of the reproduction of the social learning of gender identities.

**Keywords:** Education. Gender. Child education.

---

<sup>1</sup> Autora do artigo. Graduada em Serviço Social, pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e Pós-Graduada da Especialização em Estudos de Gênero pela mesma instituição. e-mail: [nath.escobar@hotmail.com](mailto:nath.escobar@hotmail.com)

<sup>2</sup> Orientadora do artigo. Doutora em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Mestre em Política Social, pela Universidade de Brasília - UnB. Graduada em Serviço Social, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ. Professora do Magistério Superior Público na Universidade Federal de Santa Maria- UFSM. e-mail: [laurafonseca.22@gmail.com](mailto:laurafonseca.22@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre gênero e educação infantil manifestadas nesse espaço institucional, tendo como norte o relato de experiência da autora, que exerce o cargo de *auxiliar em educação* em uma escola da rede particular de educação infantil na cidade de Santa Maria-RS. Também, este artigo compõe o Trabalho de Conclusão de Curso -TCC, no programa de Pós-Graduação em nível de Especialização em Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Maria- UFSM.

A pesquisa tem como caráter qualitativo<sup>3</sup>, tendo como base análise documental das fichas de matrículas da escola, objetivando levantar o perfil das crianças matriculadas, apoiando-se em dados quantitativos apurados nos documentos. Considerando o problema da pesquisa, o artigo discute sobre as manifestações acerca das relações de gênero na instituição, relatando e caracterizando as cenas encontradas na escola, através da observação como percurso metodológico.

Desta forma, o artigo aborda a categoria gênero em seu entendimento para além dos aspectos de viés biológico, mas diante das relações sociais vivenciadas, compreendendo-o como construção sociocultural na sociedade, embasados nos estudos teóricos de Joan Scott, Heleieth Saffioti e Guacira Louro. Ao mesmo tempo, se faz menção ao papel das mulheres na luta por creches, uma vez que, a trajetória da educação para crianças implica nesses movimentos.

Por seguinte, busca-se discorrer sobre a categoria educação, analisando suas legislações, diretrizes e políticas no contexto da educação infantil, através de um olhar sobre o direito da criança. Sendo assim, as reflexões perpassam pela Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA-1990), levando em conta as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular da Educação (BNCC), que classifica a educação infantil em creche e pré-escola.

Após, considerando as vivências em sala de aula e relações observadas no contexto educacional, enquanto trabalhadora, o estudo apresenta o perfil dos/das alunos/alunas da escola por meio de gráficos, apresentando o

---

<sup>3</sup> A partir de Bicudo (p. 54, 1997) entende-se que, “a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada”. BICUDO, Maria Aparecida V. **Pesquisa qualitativa em educação**. Piracicaba: Unimep, 1997.

porcentual diante gênero e raça/cor, seguido do relato das relações de gênero em cada categoria<sup>4</sup>: bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.

### **A categoria gênero e a educação**

Há diferentes contextos sociais e culturais na sociedade que delimitam regras, padrões, costumes, comportamentos entre os indivíduos por meio das diferenças, ora de classe, de raça/cor, ora de gênero. Diante de tal apontamento, compreender a organização social embasado na correlação dessa tríade, principalmente de gênero requer debruçar-se sobre as questões do cotidiano de forma crítica e com lentes teóricas.

Portanto, desde cedo em nossas vidas a categoria gênero se faz presente e vai ao decorrer do tempo se intensificando em/com nossas práticas, ações, comportamentos e discursos. Enquanto seres sociais, nos manifestamos e nos expressamos por vezes norteados pelo nosso gênero. Conseqüentemente, o primeiro grupo de inserção é a família, onde se transmitirá valores, crenças, e uma educação construída sob o gênero do/da filho/filha, assim como Oliveira-Cruz (2016) expressa na distinção entre as meninas e meninos no seio familiar.

É dentro da família, por exemplo, que meninos e meninas são iniciados à distinção entre atributos “femininos” e “masculinos”, espelhados nas brincadeiras consideradas adequadas para cada gênero. No universo das meninas, a simulação das tarefas domésticas ou das profissões associadas ao cuidado começam desde cedo entre bonecas e panelas de brinquedo. Do mesmo modo, elas são encorajadas a ajudar as mães nas tarefas domésticas, tão logo a idade permita, para que possam aprender a cuidar da casa. Já os meninos, ensinados no ambiente familiar a serem aptos à força, ao raciocínio e à coragem são estimulados a interagir com outros brinquedos (como bolas, jogos de construção e super-heróis) e não são tão comumente chamados a colaborar na divisão do trabalho doméstico (OLIVEIRA-CRUZ, p. 65, 2016).

Para a autora acima, o núcleo familiar se apresenta como o primeiro espaço que limitará a criança ao seu gênero, educando-a com base na construção sócio-histórica-cultural da feminilidade e masculinidade, destinando a mulher para as funções de cunho domésticos, aos cuidados, enquanto o homem de proteção e força. As diferenças entre homens e mulheres são enfatizadas, estabelecendo uma polaridade entre masculino e feminino, produção e reprodução, e público e privado (FARAH, p. 48, 2004).

---

<sup>4</sup> Aqui remete-se aos grupos e nomenclaturas por faixa etária com base na BNCC (2017), quadro apresentado neste trabalho na p.07.

Para compreender o gênero, exige analisar os diversos estudos sobre a temática, uma vez que, enquanto categoria não há um conceito homogêneo, mas sim, muitas vertentes teóricas, assim como Scott (p. 73, 1995) descreve “no caso do gênero, seu uso implicou uma ampla gama tanto de posições teóricas quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos”. A autora complementa apresentando duas categorias:

As abordagens utilizadas pela maioria dos/as historiadores/as se dividem em duas categorias distintas. A primeira é essencialmente descritiva; quer dizer, ela se refere à existência de fenômenos ou de realidades, sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal e teoriza sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando compreender como e porque eles tomam as formas que têm (SCOTT, p. 74-75, 1995).

Em suma, Scott (1995) entende que o gênero seria tanto uma maneira de pensar a história em categoria analítica, como um instrumento para entender a história por meio das hierarquias sociais e suas relações de poder.

Deste modo, Saffioti (p.60, 1997) destaca que a história das pessoas consiste na história de suas relações sociais, onde os homens e as mulheres fazem a sua construção, produzindo “objetivações através de suas práticas sociais e, simultaneamente, apropriando-se de seus resultados, isto é, reapropriando-se subjetivamente da história que fazem”.

Cabe chamar a atenção para o fato de que os processos de subjetivação-objetivação estão constantemente sujeitos à capacidade-incapacidade de apropriação dos frutos da práxis humana por parte de seus sujeitos, não somente em virtude de ser a sociedade brasileira dividida em classes sociais, mas também por ser ela atravessada pelas contradições de gênero e de raça/ etnia. Não se trata, contudo, de conceber três diferentes ordenamentos das relações sociais, correndo paralelamente. Ao contrário, estes três antagonismos fundamentais entrelaçam-se de modo a formar um nó. Convém alertar, contudo, para o fato de que não se trata de uma dissolução dos três eixos ao longo dos quais se estruturam as desigualdades, traduzidas em hierarquias e diferentes tipos de conflitos entre os *socii*. Trata-se de um entrelaçamento, que não apenas põe em relevo as contradições próprias de cada ordenamento das relações sociais, mas que as potencializa. Em outros termos, este nó apresenta uma lógica contraditória (SAFFIOTI, p.61, 1997).

Para Louro (2008), a categoria gênero acompanha o movimento das mudanças sociais atravessando as gerações utilizando do espaço sociocultural, para além do discurso em torno do homem/mulher e heterossexualidade/homossexualidade, ou seja, havendo múltiplas formas de vivenciar o afeto e relacionar-se acompanhando a contemporaneidade.

Aprendemos a viver o gênero e a sexualidade na cultura, através dos discursos repetidos da mídia, da igreja, da ciência e das leis e também, contemporaneamente, através dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos. As muitas formas de experimentar prazeres e desejos, de dar e de receber afeto, de amar e de ser amada/o são ensaiadas e ensinadas na cultura, são diferentes de uma cultura para outra, de uma época ou de uma geração para outra. E hoje, mais do que nunca, essas formas são múltiplas. As possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades ampliaram-se. As certezas acabaram. Tudo isso pode ser fascinante, rico e também desestabilizador. Mas não há como escapar a esse desafio. O único modo de lidar com a contemporaneidade é, precisamente, não se recusar a vivê-la (LOURO, p.22-23, 2008).

Por sua vez, o debate sobre gênero centra-se essencialmente como o conjunto que organiza as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre os sujeitos e suas vivências além do critério biológico. As ditas relações entre os sujeitos configuram-se como experiências, porém, Miskolci (p.173, 2009) expressa a percepção que não são os sujeitos que tem experiências, mas, ao contrário, são as experiências que constituem os sujeitos. Ou seja, a referida colação do autor emprega que o valor das experiências vivenciadas irá nortear os sujeitos e suas relações com outros dentro da sociedade.

Dentre os eixos de discussão em estudos de gênero, encontra-se a educação e seu princípio social, que visa ao desenvolvimento do ser humano, e desempenha papel fundamental na formação dos valores e comportamentos.

Com base em Miskolci (2012), a escola reforça laços profundos entre educação e normalização social, a imposição de modelos de como ser homem ou mulher. Partindo dessa premissa das relações sociais – família e escola - os sujeitos se relacionam, interagem, se confrontam e se deparam com discussões sobre identidade e gênero que levarão para os demais espaços participativos em sua trajetória de vida.

Ao colocar em discussão as formas como o “outro” é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria *dentro*, integrando e constituindo o eu. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito (LOURO, p. 550, 2001).

Ao que remete gênero e educação, se faz necessário salientar o papel das mulheres, pois historicamente e culturalmente o cuidado, educação com as

crianças dentro das famílias destina-se a elas, e perceber esse fenômeno implica na trajetória da educação infantil.

Desta maneira, por meados do século XX, com a urbanização e industrialização, as fábricas se viram obrigadas a contratar mão de obra feminina para os serviços, e assim, as mães por sua vez buscaram outras alternativas para o cuidado com os/as filhos/filhas, ora no próprio ambiente familiar, ora com mulheres que se disponha a cuidar das crianças mediante pagamento (Bíscaró, 2009).

Entretanto, as mesmas mulheres que trabalhavam nas fábricas, também começaram a participar de alguns movimentos sociais e feministas, ao mesmo tempo que denunciavam desigualdades de classe, os movimentos de mulheres – ou as mulheres nos movimentos – passaram também a levantar temas específicos à condição da mulher como direito a creche, saúde, sexualidade, contracepção e violência. Contudo, somente na década de 80 foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero, reconhecendo a diferença de gênero e com base nesse reconhecimento, implementando ações diferenciadas para mulheres (FARAH, p. 51, 2004).

Diante das reivindicações das mulheres, a demanda de criação das creches como espaços para “deixar” os/as filhos/filhas no tempo em que trabalhavam, foram construídas no assistencialismo, na lógica do cuidado. Neste primeiro momento, as creches foram vistas como direito da mulher, ou seja, a criança tão pouco era vista como cidadã, detentora de algum direito.

Assim, somente com a homologação da Constituição Federal de 1988, as creches foram vistas como direito da criança, passando a compor a nivelção de educação infantil, que por sua vez, vista como o primeiro nível básico da educação. Obteve-se então, reconhecimento do direito da criança em acessar a escola em uma ótica de aprendizagens e desenvolvimento integral, após reforçado com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e, por seguinte com demais políticas e legislações educacionais.

### **Educação, políticas educacionais e suas legislações: reflexões sobre o contexto da educação infantil como direito da criança**

A educação com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania, tornou-se um dos princípios da Constituição

Federal do Brasil de 1988<sup>5</sup> que explicita também, os demais direitos dos cidadãos. Desta forma, se faz dever do Estado garantir o acesso no sistema público de ensino básico aos usuários dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade.

O acesso à educação para todos e todas previsto na CF/1988, foi reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº9.394/96) que compreende a educação infantil sendo “primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social complementando a ação da família e da comunidade” (Art.29).

Afim de entrelaçar as legislações da educação, através do Plano Nacional da Educação (2014), criou-se em 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que visa um conjunto de aprendizagens essenciais que todos e todas crianças devem desenvolver, alicerçados em princípios éticos e políticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa.

A BNCC apresenta-se como um documento basilar na estruturação e objetivos na educação infantil. Segundo suas prerrogativas, a educação infantil divide-se por creche e pré-escola, sendo classificado a faixa etária e nomenclatura dos grupos, conforme o quadro abaixo:

<b>CRECHE</b>		<b>PRÉ-ESCOLA</b>
Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)

Fonte: Base Nacional Comum Curricular (BNCC), 2017.

Sendo assim, a classificação de creche engloba os bebês e as crianças bem pequenas, cujas, demandam um atendimento voltado ao pedagógico, ao cuidado, ludicidade e bem-estar. Na pré-escola, mesmo que ainda possuindo práticas voltadas ao bem-estar do/da criança, a BNCC emprega campos de experiências para serem trabalhados preparando a criança para seu desenvolvimento integral.

<sup>5</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

Contudo, a educação infantil caracteriza-se pelo desenvolvimento das áreas do conhecimento infantil/humano por via da exploração, sentidos, socialização e descobertas.

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula **educar e cuidar**, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (BNCC,2017).

Nessa ótica, Vianna e Unbehaum (p.412,2006) consideram que a expansão da educação infantil como a primeira fase da educação básica, uma ampliação da cidadania das crianças, tornando-se um marco na história da construção social desses sujeitos detentores de direitos. Importante ressaltar, que a construção dos direitos da criança percorre um trajeto desde a CF/1988, passando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), políticas públicas e educacionais assegurando-lhes o direito ao acesso à escola. O referido trajeto pode ser reforçado por Kramer (2006):

Assim, ao mesmo tempo em que começaram a ter sua especificidade respeitada, as crianças passaram a ser consideradas – ao longo destes 30 anos – cidadãs, parte de sua classe, grupo, cultura. Assistência, saúde e educação passaram a ser compreendidas como direito social de todas as crianças (KRAMER, p. 800, 2006).

Em outro viés, a BNCC ainda tem como objetivo equiparar uma enorme lacuna causada pela desigualdade, isto é, diversificadas formas desiguais e discriminatórias existentes que perpassam pelo sistema educacional.

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias (BNCC,2017).

Segundo Kramer, para às crianças foi imposta uma situação desigual pois o atendimento a elas passou por constantes criações e extinções de órgãos, causando fragmentações e não atingindo uma transformação das condições de vida das crianças. Enquanto isso, Vianna e Unbehaum (p.410, 2006) questionam “o que foi, de fato, priorizado nas políticas públicas de educação?” Uma

indagação e reflexão necessária na atual conjuntura. Entretanto, a primeira autora lembra que “combater a desigualdade e considerar as diferenças é tarefa difícil embora necessária se a perspectiva que se objetiva consolidar é democrática, contrária à injustiça social e à opressão” (KRAMER, p.800, 2006).

As diversas manifestações de desigualdades: econômica, de classe, raça, gênero, etc., infelizmente, se fazem presentes no decorrer das décadas em nossa sociedade e sistema educacional. Desta forma, a articulação entre as políticas de educação com assistência social, saúde, segurança e outras, apresenta-se como essencial para o acesso e permanência das crianças na rede escolar, bem como atenção voltada para as realidades de suas famílias.

Considerando a desigualdade social presente na sociedade brasileira, a efetivação da ação socioassistencial, estabelecendo uma interface da educação com a assistência social, visando prover as necessidades básicas das famílias dos alunos, torna-se pré-condição para viabilizar o ingresso, regresso e permanência dos alunos provenientes de famílias empobrecidas na escola pública (MARTINS, p.258, 2012).

Na política educacional reflete-se as expressões da questão social<sup>6</sup>, impondo desafios aos sujeitos que participam de seu planejamento, da implementação, da execução, desta maneira, pensar sobre esse contexto requer ir além de uma análise das políticas e legislações educacionais, mas sim, almejar uma interação entre os sistemas de atendimentos a criança (PIANA, p.199, 2009). A autora lembra ainda que, embora tendo a escola papel importante no processo de ensino e aprendizagem dos seus alunos, educar para o exercício de cidadania é uma proposta que ultrapassa o ambiente escolar e requer um olhar atento para reivindicações dos/das envolvidos/das. Para isso,

faz-se necessário conhecer o público atendido pelas instituições escolares, construir novos projetos pedagógicos, integrar ensino e realidade do aluno, melhorar a formação e a remuneração dos professores e educadores, buscar melhores equipamentos e estruturas escolares, trabalhar a construção da interdisciplinaridade profissional a partir do diálogo, da integração dos saberes, da troca de informações e conhecimentos e da busca de uma visão integral do sujeito (PIANA, p.203, 2009).

---

<sup>6</sup> A “questão social” diz respeito ao conjunto multifacetado das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. A “questão social” expressa desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, p. 17).

Dentro deste debate, no viés de direitos e cidadania, podemos refletir sobre as relações de gênero na escola, que se fazem presentes desde a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e/ao superior, em cada nível escolar com expressões diferenciadas. Olhar para tal temática, é buscar no espaço escolar um movimento de rompimento com discriminações de gênero, estereótipos de masculinidades e feminilidades, além de aproximar dos educandos e educadores uma temática relevante e importante na sociedade. A escola faz parte da sociedade, assim, necessitando acompanhar suas movimentações.

Devemos compreender de modo dialético a relação entre a educação sistemática e a mudança social, a transformação política da sociedade. Os problemas da escola estão profundamente enraizados nas condições globais da sociedade (PAULO FREIRE, 1987 apud MARTINS, p. 253, 2009).

Trazer para dentro das escolas de educação infantil um olhar sobre as relações de gênero, uma vez que, por vezes são ações naturalizadas, colabora para refletirmos sobre nossas práticas diárias nos diversos espaços que ocupamos, além de ir ao encontro dos objetivos elencados nos documentos, legislações e projetos educacionais para a construção de uma sociedade mais justa, democrática, tolerante, livre de discriminações e preconceitos.

Perante a isso, propúnhamos relatar as experiências vivenciadas em uma escola de educação infantil na cidade de Santa Maria, buscando identificar ações e situações onde as relações de gênero se apresentaram com os grupos: bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.

### **Perfil dos e das estudantes e relações de gênero no espaço educacional**

A construção dos papéis de gênero percorre inúmeros caminhos como por exemplo o do sociocultural. Através dele vamos reproduzir estereótipos enraizados na sociedade alimentando o padrão heteronormativo. Esse padrão vem acompanhado de discursos que segregam algumas atividades pelo gênero onde meninas e meninos limitam-se aos rótulos impostos desde a sua infância.



Fonte: Correio Nagô. <https://correionago.com.br/portal/voce-e-fruto-de-uma-educacao-heteronormativa/>.

A imagem acima ilustra um dos discursos estruturais existentes: o universo rosa e o universo azul na infância. O primeiro destina-se às meninas, trazendo questões de padrões estéticos, de comportamentos, bonecas como brinquedo de referência, assim como a execução das tarefas domésticas sendo papel unicamente feminino. No outro lado, no universo azul dos meninos, observamos que as atividades estão relacionadas para as habilidades, força, esportes, ações que potencializam uma certa dominância do masculino sob o feminino.

(...)antes de simplesmente assumir noções dadas de normalidade e de diferença, parece produtivo refletir sobre os processos de inscrição dessas marcas. Não se trata de negar a materialidade dos corpos, mas sim de assumir que é no interior da cultura e de uma cultura específica que características materiais adquirem significados (...) A diferença é produzida através de processos discursivos e culturais. A diferença é ensinada (LOURO, p. 22, 2008).

E qual o papel da escola de educação infantil nesse cenário? Pois bem, essa é a indagação norteadora deste trabalho que busca respostas e reflexões a partir das experiências profissionais vivenciadas pela autora em uma escola de educação infantil na cidade de Santa Maria-RS.

Em um contexto educacional, Finco (2010) aborda que a escola na primeira infância tem papel fundamental nas relações sociais, assim como de gênero, pois há uma formatação com espaços, tempos, organizações e práticas construídas no seio das relações entre crianças e entre crianças e adultos. Ou seja, as crianças se relacionam entre si, e manifestam a visão de mundo já

formulada recebida de um adulto. Colaborando, Ana Lúcia Goulart de Faria salienta que,

[...] neste espaço da sociedade vivemos as mais distintas relações de poder: gênero, classe, idade, étnicas. Desse modo é necessário estudar as relações no contexto educativo da creche e pré-escolas onde confrontam-se as dos adultos (FARIA, p.285, 2006).

Portanto, para relatar as relações de gênero na educação infantil se faz necessário conhecer tais sujeitos, desta forma buscou-se traçar um perfil dos/das crianças matriculadas na escola. A escola em questão, tem suas turmas agrupadas em conformidade a classificação de idade apresentada pela BNCC (quadro da p.7 desse trabalho), sendo assim, os gráficos foram construídos respeitando tal conjunto de faixa etária e nomenclatura.

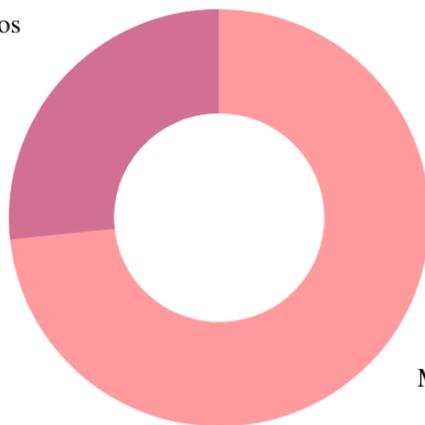
As informações coletadas estão registradas nas fichas escolares e são de acesso à equipe educacional da escola constituindo o material documental das matrículas das crianças do primeiro semestre de 2020, ou seja, alunos e alunas matriculados/das de janeiro a julho do mesmo ano.

O material analisado foi preenchido pelos responsáveis ou pais das crianças, onde os mesmos declaram dados pessoais da família e do/da filho/filha, bem como a cor/raça, histórico de vacinação, entre outras informações referente alimentação e comportamento da criança. Através deste material, extraiu-se informações sobre o número de crianças nas turmas, gênero e cor/raça para construção dos gráficos a seguir:

# BEBÊS

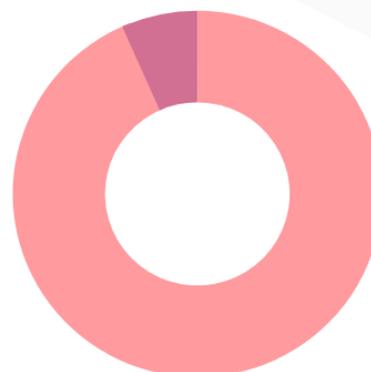
**Turma de Berçário**  
**Total=15 estudantes**

Meninos = 4 alunos  
26.7%



Meninas = 11 alunas  
73.3%

Pardo  
6.7%



Branco  
93.3%

Fonte: Sistematização da Autora, 2020.

Segundo dados do IBGE<sup>7</sup> por meio dos registros civis, em 2018 no Brasil dos nascidos vivos a predominância foi de meninos perfazendo o número de 1.528.258 enquanto de meninas foram 1.454.953 registros civis. O maior número de meninos nascidos no Brasil vai de encontro com a realidade da escola analisada, onde a predominância da faixa etária dos bebês se dá pelo gênero feminino compondo 73% dos matriculados. E, quanto a cor/raça majoritariamente são brancos, sendo 1 aluno declarado pardo por seus responsáveis.

Em uma turma de berçário, onde os indivíduos são extremamente dependentes de adultos as relações de gênero estão mais relacionadas aos estereótipos normativos do vestir, a uma certa cultura da cor de rosa ser da menina e azul do menino, onde por vezes até as atividades em sala seguem esse padrão. É notório a distinção pelas cores, uma vez que quando solicitados por exemplo os materiais individuais das crianças (mamadeira, copo, chupeta, etc.) são enviados a escola objetos que a cor seja “correspondente” ao gênero do bebê. Seguindo a cultura de cores, outro ponto relevante se dá a

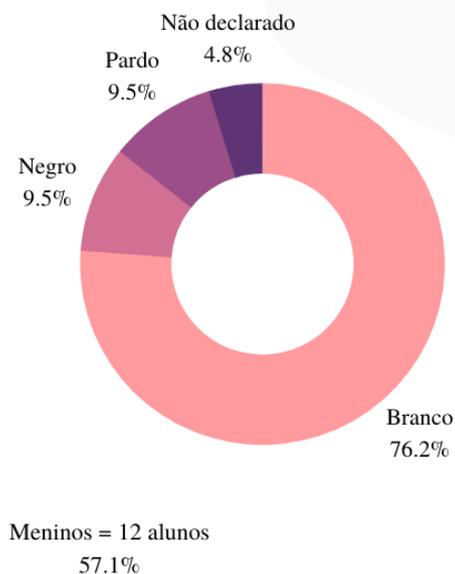
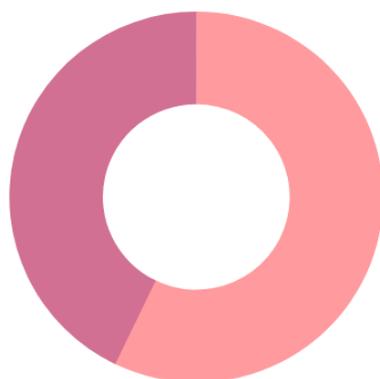
<sup>7</sup> Dados atualizados em 04/12/2019 através do gráfico disponível no link <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2679#resultado>.

comercialização dos materiais higiênicos para esse público, onde chegam fraldas e lenços umedecidos destinados as meninas e outros aos meninos.

## CRIANÇAS BEM PEQUENAS

Turma de Maternal I e  
Maternal II  
Total = 21 estudantes

Meninas = 9 alunas  
42.9%



Fonte: Sistematização da Autora, 2020.

Na faixa etária que compreende as crianças bem pequenas, a escola possui duas turmas, que diferentemente dos bebês a predominância se dá pelo gênero masculino perfazendo 57% dos/das estudantes. Neste seguimento a predominância no quesito cor/raça é branca, havendo declarados negros e pardos, e 1 aluno não declarado.

Quanto as relações de gênero nessa faixa etária, é possível relatar que a rotulação por cores vai dando espaço para a presença de personagens e representações, onde juntamente com o desenvolvimento da autonomia das crianças, o brincar com os colegas fica mais visível/concreto e assim as suas segregações.

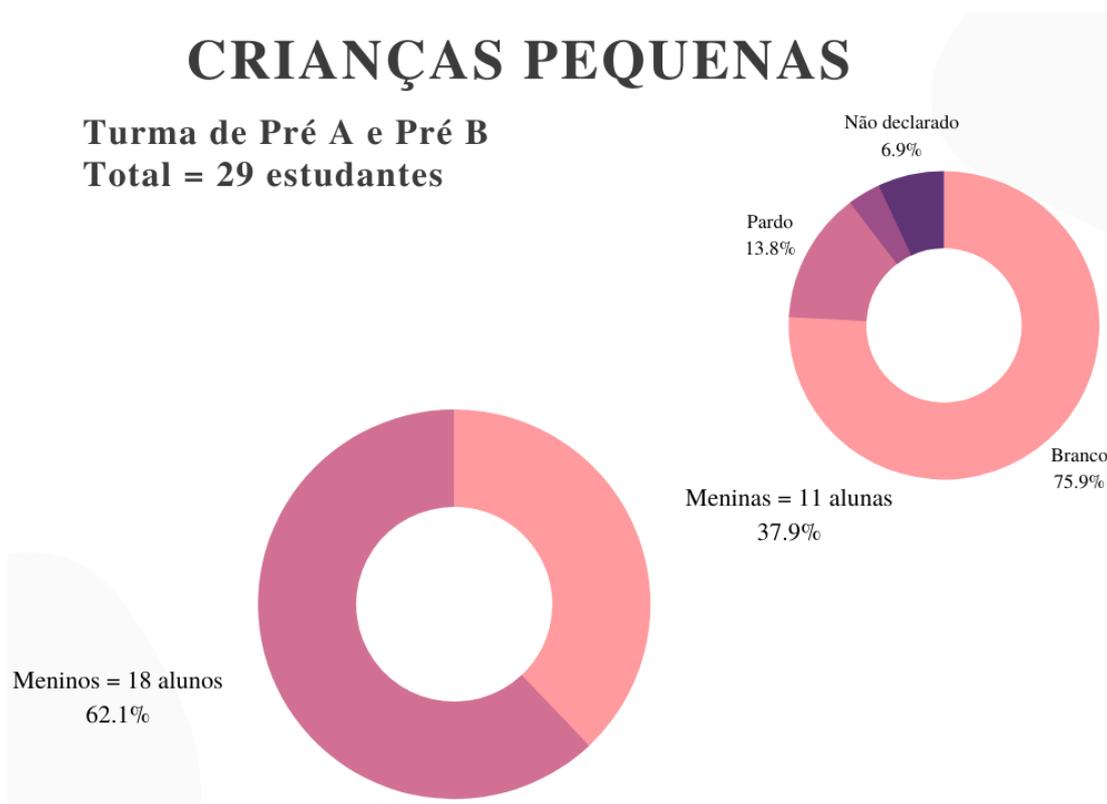
Desta forma, por vezes os meninos agrupam-se para representar personagens como os super-heróis: Batman, Homem-Aranha, Hulk, etc., enquanto as meninas direcionam o brincar juntas de “mamãe e filhinha”, casinha,

ursos e bonecas. Vale ressaltar que os brinquedos estão disponíveis na sala de aula com o livre acesso para todos e todas.

Ao que tange as brincadeiras propostas pelas professoras<sup>8</sup>, observa-se que a interação das crianças se dá de forma homogênea, não havendo distinção por gênero. E nas atividades pedagógicas há sempre uma busca por não cair nesses paradigmas de distinção, porém, acontece dos/das estudantes serem agrupados por mesa das “meninas” e outra dos “meninos”.

## CRIANÇAS PEQUENAS

**Turma de Pré A e Pré B**  
**Total = 29 estudantes**



Fonte: Sistematização da Autora, 2020.

Na classificação de crianças pequenas onde abrange as turmas de Pré A e Pré B, o gráfico apresenta o maior número de meninos perfazendo 62.1% de estudantes enquanto 37.9% de meninas, sendo a cor/raça branca predominante nessa faixa etária.

Por tratar-se de crianças maiores que as dos gráficos anteriores, as questões direcionadas a gênero apresentam-se além do brincar, mas nas verbalizações, desenhos e comportamentos. Ainda que em dinâmicas livres, construídas por eles/elas possuam grupos por gênero, percebe-se que há maior

<sup>8</sup> Utiliza-se o termo professoras pois na escola somente há profissionais do gênero feminino trabalhando com as crianças.

interação entre os meninos com as meninas (e vice-versa) independente da brincadeira e/ou brinquedo.

Entretanto, no viés das representações artísticas nota-se uma distinção quando os desenhos são de livre criação. Por exemplo, os meninos retratam, animais ditos ferozes (leão, tigre, dinossauros), personagens masculinos de policiais, bombeiros, etc., defendendo as pessoas em um contexto que eles estão utilizando da força e habilidades. Já as meninas retratam paisagens coloridas, pessoas do núcleo familiar, cotidiano delas e animais ditos “fofinhos”<sup>9</sup>.

Mas o que esses desenhos remetem a discussão das relações de gênero? Bom, Gobbi (1997) explica que tais representações são a iniciação para a distinção dos papéis de gênero socialmente e culturalmente construídos, ou seja, o masculino para as funções do público e o feminino para o privado, doméstico.

“à flor era vista como símbolo do sexo feminino, daí serem tão desenhadas pelas meninas; vestidos e casas são devidos as meninas já estarem tomando conhecimento do papel social da mulher” (GOBBI, p.28, 1997).

“seus desenhos estão raramente ligados a vida doméstica: a maioria descreve cenas cujos protagonistas são motoristas de caminhões, policiais, ladroes, pescadores (...) As personagens femininas são muito raras” (GOBBI, p.31, 1997).

Por seguinte, nesse cenário também se reproduz alguns discursos carregados de machismos, onde há verbalizações do tipo: “as meninas não jogam futebol”, “menino não faz aula de ballet”, “isso é coisa de menininha”, entre outras manifestações.

Percebe-se que as relações de gênero estão presentes desde dos bebês até as crianças pequenas seguindo a fase de cada faixa etária, muitas vezes quase imperceptíveis no cotidiano escolar, mas que estão sendo reproduzidas.

Todas as experiências vividas na sala de aula contribuem para a formação da construção das identidades das crianças, pois as relações de gênero na educação infantil, por vezes transmite e reproduz valores e comportamentos que são considerados os mais adequados (normativos), como a diferenciação por sexos a partir do vestuário, das brincadeiras entre outras, formando assim sujeitos masculinos e femininos.

---

<sup>9</sup> Aqui faz-se menção de algumas verbalizações de meninas em caracterizar gatos, cachorros, coelhos, ursos, unicórnios, entre outros, como animais fofinhos.

Conforme as crianças vão crescendo, se desenvolvendo, atingindo autonomia, interagindo entre elas e com os adultos de seus convívios, vão também entrando em contato com as representações, segregações, rotulações, padrões e papéis de gênero, que infelizmente estão presentes na sociedade e na escola.

## **CONCLUSÃO**

Estima-se que a escola precisa conhecer e atuar em conformidade com a realidade vivenciada pelos alunos/alunas nos seus contextos familiares e comunitários, considerando que as crianças vão desenvolver-se como um todo a partir dos processos que participam tanto na escola quanto em casa

Portanto, entende-se a necessidade de visualizar na educação infantil fatores do contexto social, cultural e econômico, uma vez que a escola como espaço coletivo, de trocas e manifestações também deve atentar-se para as especificidades e peculiaridades de cada educando/educanda.

A educação infantil se apresenta como um espaço enriquecedor de aprendizagens, descobertas e manifestações. Sendo assim, não diferentemente de outros espaços, a instituição escolar reproduzir estereótipos. Desta forma, enquanto trabalhadora da área de educação infantil, visualizo que as famílias e a própria escola apresentam ações enraizadas do dito “isso de menina” e “aquilo de menino”, outras vezes, por meio do manejo em sala de aula aplicamos (mesmo que inconscientemente) a segregação por gênero levando a um ciclo de práticas tradicionais/conservadoras, não refletindo nossas ações para uma igualdade dentro do espaço educacional.

Por mais que haja avanços na temática de gênero e suas relações no campo educacional, o debate está para além da escola, visto que as distinções entre “ser menino” e “ser menina” implica na construção socio-histórico-cultural, em contexto macro dos papéis de gênero. Desde quando bebês os sujeitos sofrem ações de distinções, mesmo que terceirizado de um/uma adulto, se perfazendo no decorrer de sua infância, no brincar, nas vestimentas, na construção da visão de mundo.

Todavia, entende-se que as ações, práticas, discursos, atividades, enfim, o currículo da instituição deve estar voltado para atender à infância, entender as crianças como sujeitos sociais, produtores de cultura, e proporcionar a elas

experiências coletivas e trocas sem distinções de gênero. Assim, considera-se de suma importância criar mecanismos dentro da instituição, onde profissionais e educadores deslumbrem da mesma lógica, proporcionando espaços coletivos almejando interações livres de segregações, discriminações.

Sendo assim, faz-se necessário disponibilizar uma diversidade de brinquedos às crianças (não somente bonecas e carrinhos), e materiais não-estruturados, podendo assim, direcionar uma vasta possibilidade para os/as crianças conhecer e experimentar diferentes papéis, buscando interações e não distinções.

Esses são alguns exemplos de aspectos que podem e devem permear o contexto da educação infantil, a fim de favorecer a não determinação de papéis específicos para cada gênero e contribuir para o rompimento com o antagonismo tão presente em nossa sociedade: menino/menina, masculino/feminino.

Por fim vale ressaltar que, não somente a escola precisa dessa reflexão e abertura, mas toda a sociedade, cada instituição que pertencemos e que ainda reproduz e reafirma as diversas formas de desigualdades, distinções, discriminações e preconceitos de viés racial, de classe e principalmente de gênero.

## REFERÊNCIAS

BÍSCARO, Claudia. R.R. **A construção das identidades de gênero na educação infantil**. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2009. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8069-a-construcao-das-identidades-de-genero-na-educacao-infantil.pdf>. Acesso em 18 set. 2020.

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>. Acesso em: 16 set. 2020.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 16 set. 2020.

FARAH, Marta F. S. **Gênero e políticas públicas**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 47-71, jan./abr., 2004.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 26, p.279-288, 2006.

FINCO, Daniela. **Brincadeiras, invenções e transgressões de gênero na educação infantil**. Revista Múltiplas Leituras, v. 3, n. 1, p. 119-134, jan./jun. 2010.

GOBBI, Marcia. **Lápis vermelho é de mulherzinha- relações de gênero, desenho infantil e pré-escola**. Dissertação de mestrado, FE-Unicamp, 1997.

IAMAMOTO, Marilda. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo**. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Disponível em: [http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-2.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf) Acesso: 30 Dez. 2020.

KRAMER, Sônia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer - Uma Política Pós-Identitária para a Educação**. Revista Estudos Feministas. 2001, vol.9, n.2, pp.541-553. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf> Acesso: 26 Dez. 2020.

MARTINS, Eliana B. C. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania. Tecendo considerações: limites e possibilidades do serviço**

**social no âmbito da política de educação.** São Paulo: Editora UNESP., p.253-264, 2012.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização.** Dossiê: *Sociologias*. Porto Alegre, ano 11, nº21, jan./jun., 2009, p.150-182.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica; UFOP, 2012.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de. **Dimensões do trabalho feminino: relações e práticas na produção material e subjetiva da desigualdade.** In: \_\_\_\_\_. *Dona de casa e da própria vida? Leituras sobre o trabalho feminino na publicidade entre mulheres da nova classe trabalhadora.* Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Comunicação), Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: 2016.

PIANA, Maria Cristina. **SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: OLHARES QUE SE ENTRECruzAM.** *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade.** *Revista Lutas Sociais*, PUC- São Paulo, n. 2, p. 59-79, 1997.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** *Educação & Realidade*, V. 20, n.2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SOUZA, Vanessa B. **Gênero, marxismo e serviço social.** *Revista Temporalis: Brasília (DF)*, n. 27, p. 13-31, jan./jun. 2014.

VIANNA, Claudia. UNBEHAUM, Sandra. **Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 95, p. 407-428, maio/ago., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n95/a05v2795>. Acesso em: 16 set.2020.